

1

## **CORONÉIS E CAMBITEIROS: HISTÓRIA DOS ENGENHOS DE RAPADURA DE JARDIM CEARÁ**

*Maria Jorge dos Santos Leite*  
*Doutoranda em Educação Brasileira*  
*Universidade Federal do Ceará/UFC/*  
*E-mail: mariajorge.santosleite@yahoo.com.br*

*Hélio Jorge dos Santos*  
*Especialista em Geopolítica e História, FIP/PB*  
*Professor do ensino fundamental da Rede Pública Municipal de Jardim/CE*  
*Email: heliojsantos@bol.com.br*

### **INTRODUÇÃO**

Uma das peculiaridades da formação da região do Cariri, no sul do Ceará, deve-se à situação de marginalidade de sua economia durante o período colonial. Enquanto o litoral nordestino, principalmente o de Pernambuco, estava submetido ao monopólio colonial da produção do açúcar para atender ao mercado europeu, o interior do Ceará experimentava uma produção de subsistência e pequena comercialização, onde os derivados da cana de açúcar atendiam apenas a uma demanda local ou regional. O Cariri trocava seus excedentes de rapadura e cachaça com as regiões vizinhas, abastecendo os sertões do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte.

Essa atividade econômica perdurou em alguns municípios do Cariri até quase no final do século XX. Jardim, no sul do Ceará, integra o grupo de municípios caririenses que no passado tiveram suas economias impulsionadas pela produção de rapadura e hoje guardam apenas a memória do período de “ouro” dos engenhos.

O objetivo deste trabalho é analisar, a partir da História Oral e da memória, as relações sociopolíticas desenvolvidas nas últimas décadas (1950/70) nos engenhos de rapadura do município de Jardim/Ceará.

#### **Jardim: localização, origem e história**

O município de Jardim está localizado no sul do Ceará, na região do Cariri, distante cerca de 537 Km da capital – Fortaleza. Sua população é de 27 671 habitantes

2

e possui os seguintes limites : Norte: Porteiras e Abaiara; Sul: Pernambuco; Leste: Jati e Penaforte; Oeste: Barbalha.

Segundo pesquisadores da história de Jardim, as terras onde hoje se encontra este município foram a princípio habitadas por índios da tribo Cariri, encontrados em todo o vale desse mesmo nome. Embora não se encontre hoje na região do Cariri nenhuma comunidade que se identifique como remanescente dos antigos índios cariris, há fortes evidências de que, no passado, essa etnia indígena habitou aquele espaço. Na década de 1980, agricultores que aravam terra no sítio Taquari, no município de Jardim, encontraram diversos pedaços de objetos de cerâmica muito antigos indicando a possível existência de uma tribo indígena naquela localidade. De acordo com o senhor Luiz Ferreira Gorgônio<sup>1</sup>, em conversa com Dona Beatriz Neves, uma das primeiras professoras de Jardim, esta teria lhe informado que durante a construção da ladeira do sítio Gravatá trabalhadores que escavavam o chão encontraram na encosta da serra um objeto no formato de uma jarra e que ao retirarem a tampa havia dentro um cadáver que possivelmente seria de um índio cariri. Pesquisas sobre as antigas tribos indígenas demonstram que essa era uma prática comum entre elas: enterrar seus mortos em utensílios feitos de barro, nos arredores das aldeias onde moravam.

Há várias versões sobre a origem do município de Jardim. Segundo alguns poucos historiadores, o primeiro homem “civilizado” a estabelecer-se na região foi um português de nome Jacinto, que teria emigrado da Bahia para escapar da seca que assolava aquela região e buscado refúgio nas paisagens verdes do vale do Cariri. Falam-se, ainda que suas origens remontam ao século XVIII, tendo como referência o fazendeiro Bento Moreira, casado com dona Sebastiana de Oliveira, residentes no sítio denominado Corrente do Ramalho.

Apesar dessas versões históricas sobre as origens do povoamento de Jardim, a tradição oral, e alguns registros escritos, apresentam outras versões. Uma delas, defendida pelo historiador doutor Napoleão Tavares Neves, afirma ter sido a povoação desse município iniciada com o padre baiano João Bandeira de Melo que, pela mesma razão de Jacinto, estabeleceu-se, em 1792, com alguns escravos, nas margens do rio que passou a ser conhecido como rio Jardim, por banhar um vale fértil

---

<sup>1</sup> Luiz Ferreira Gorgônio é um jardinese autodidata, com mais de 80 anos, autor do livro – História de Jardim : Suas Contradições e seu Folclore. Jardim, 2007.

3

que o padre teria chamado de “rico jardim”, tal a impressão que lhe causara aquele “oásis” localizado em meio de uma paisagem tão árida e seca como a do sertão nordestino.

Segundo Napoleão Tavares Neves,

O padre João Bandeira saiu da Bahia, atravessou o rio São Francisco, entrou no Estado de Pernambuco e chegando nas mediações do Exu subiu a serra do Araripe. Ali encontrou uma vereda, que deveria ser de bichos e animais, que desciam a ladeira para beber água no pé da serra, onde existiam fontes naturais. Descendo por essa ladeira o padre e seus seguidores encontraram um lugar muito bonito, coberto por densa vegetação, água abundante e muitas flores. Disseram então que o lugar parecia um jardim. Então, desceram mais um pouco até encontrar o lugar onde o rio Gravatá se encontra com o rio Boca da Mata, formando o rio Jardim e atravessaram essa parte do rio. Então ficaram se comunicando com o resto da caravana que ficou na outra margem do rio e que passou a se chamar Barra do Jardim <sup>2</sup>.

O município de Jardim já teve várias denominações: Barra do Jardim, Santo Antônio do Jardim e, finalmente Jardim, todas relacionadas aos fenômenos naturais ou culturais da localidade. Barra do Jardim referia-se, talvez, ao momento do nascer e do pôr do Sol, cuja beleza é indescritível quando observada a partir da Chapada do Araripe; Santo Antônio do Jardim sem dúvida foi uma homenagem a Santo Antônio, padroeiro e protetor dos jardinenses, cuja festa é comemorada no dia 13 de junho e outrora fora um grande evento cultural e religioso. Hoje este evento encontra-se abalado, entre outros fatores, pela crise da fé católica, o aparecimento de eventos culturais profanos e a influência dos meios de comunicação.

Jardim, nome oriundo do rio do mesmo nome - cuja paisagem assemelhava-se - na visão do padre João Bandeira a um lindo jardim - formado exatamente pelo encontro de dois pequenos rios, o Gravatá e o Boca da Mata, acabou sendo a denominação mais apropriada, por traduzir o verde e o frescor predominante da região, embora os efeitos da ação humana estejam fazendo de Jardim uma localidade cada dia menos verde e mais quente.

Segundo Luiz Ferreira Gorgônio há outra versão para a chegada do padre João Bandeira em Jardim. Esta versão, afirma o autor ter sido recontada por diversas vezes

---

<sup>2</sup> Citação feita por Luiz Ferreira Gorgônio, no livro História de Jardim : Suas Contradições e seu Folclore. Jardim, 2007.

4

por seu pai, João Ferreira de Sousa, sendo esta também atribuída ao escritor João Brígido, segundo a qual,

Quando o padre João Bandeira de Melo saiu da Bahia com sua comitiva, tangidos pela seca e a procura de descobrir novas terras, atravessou o rio São Francisco e entrou no Estado de Pernambuco, chegando nas terras que hoje pertencem ao município de Jati, Estado do Ceará. Ali o padre encontrou um rio com muita água que vinha do lado do poente e decidiu subir beirando este rio até que chegou na localidade de Coitezeiras vizinho ao distrito de Corrente, já no município de Jardim. Neste lugar fizeram contato com um morador (Gorgônio, 2007).

Encantado com a beleza das águas teria o padre feito contato com um possível morador da região para pedir-lhe informações sobre as mesmas. As informações prestadas pelo desconhecido não foram esclarecedoras, pois ele desconhecia a origem das águas que jorravam por entre as matas. No entanto, aquele contato encorajara o grupo do padre a se aventurar por dentro das matas até que um deles, ao subir em uma árvore alta, avista uma fumaça em direção ao leste da serra, no local hoje denominado cabeça do Negro. Seguindo nesta direção, o grupo teria encontrado um homem negro que, assustado com a presença do grupo, tentou fugir mas fora acalmado pelas palavras cordiais do padre Bandeira de Melo, que após ganhar a confiança do homem, descobriu tratar-se de um escravo fugitivo.

Esse contato foi importante para que o grupo pudesse conseguir o material necessário para a construção de um abrigo. O negro, cujo nome não é citado, indicou o caminho para se chegar a um local onde havia palhas em abundância. Com o material construíram uma casa e uma capela, junto a elas plantações foram erguidas atraindo, juntamente com a fertilidade do vale, os fugitivos das secas das regiões vizinhas. A partir daquele momento o escravo fugitivo passou a ser uma referência para o grupo recém-chegado. Sempre que precisavam saber de alguma coisa diziam: “*vamos lá na cabeça do negro*”. Esta teria sido a provável origem do nome: sítio Cabeça do Negro.

### **Jardim no contexto do coronelismo**

Conforme as versões históricas apresentadas sobre a fundação de Jardim/CE, este município teve origem ainda no período colonial. Assim, é compreensível que algumas características básicas daquela sociedade como o latifúndio, o mandonismo e a

5

dominação tenham sido incorporadas à sociedade jardinense logo nos primórdios de sua existência. Essas características vão se tornar mais acentuadas com o advento da República e, mais precisamente como o surgimento do coronelismo que, segundo Carvalho(1999),

surge em decorrência de uma conjuntura de decadência econômica dos fazendeiros e de um fato político que era o federalismo implantado pela República. O enfraquecimento do poder político dos coronéis, fruto de uma alteração de forças, exige uma postura de maior presença do Estado para garantir a manutenção do poder político dos coronéis. Concluindo o coronelismo seria um momento particular do mandonismo, onde os mandões começam a perder forças e recorrem ao Estado (Apud, Silva Júnior, 2008:41).

O coronelismo sempre atuou na unificação da classe dominante na medida em que representava, no plano eleitoral, um instrumento de poder dessa classe que tinha a possibilidade de definir uma política de Estado voltada para seus próprios interesses. Para preservação do controle político já conquistado a elite lançava mão de expedientes escusos como, por exemplo, a prática do voto de cabresto. Esta foi uma das formas de dominação mais utilizadas pelos coronéis. Nela o eleitor era levado à seção eleitoral “escoltado” por um capanga para garantir que seu voto saísse de acordo com a vontade do coronel. Considerando que até o início do século XX o voto era aberto, determinar em quem as pessoas deviam votar ficava fácil. Mesmo depois que o voto tornou-se secreto os coronéis ainda arranjavam uma forma de ser “ dono” do voto de seus subordinados.

Para tornar enfática a prática do voto de cabresto no município de Jardim as pessoas mais idosas do município se apropriaram de uma anedota política do folclore brasileiro para atribuí-la a um antigo coronel jardinense: contam que certa vez, em dia de eleição, um agregado chega para o seu patrão/coronel e indaga:

- Coronel ! Eu já votei?
- Votou sim senhor! Responde o Coronel!
- E em que eu votei Coronel?
- Não sei. O voto é secreto. Respondeu o Coronel.

Essa anedota política – mostrando que alguém votou pelo subordinado do coronel - ilustra muito bem as formas encontradas pelas elites para exercer o controle político

6

sobre as pessoas que viviam sob seus domínios. Votar pelo outro era uma prática que ocorria tanto nas eleições locais, em que os coronéis ou seus indicados eram candidatos; como para as eleições gerais, onde os votos deveriam ser dos candidatos indicados pelo coronel.

Anedotas à parte, a existência do fenômeno coronelístico no município de Jardim deixou suas marcas não somente na memória, no folclore e nos escritos dos jardinenses, mas também nas frequentes atitudes de apologia ou rejeição ao fenômeno.

Não é difícil ainda nos dias de hoje se ouvir de determinadas pessoas a expressão “*fulano é caba de peia*”, para se referir a pessoas outras que não estão dispostas a se deixarem dominar. Também é comum se ouvir a expressão: *filhote de coronel!*. Esta sempre dirigida a adversários políticos numa tentativa de reprovar suas atitudes. A última expressão indica que as lembranças do coronelismo em Jardim permanecem bastante vivas na memória da população e que qualquer situação ou atitude que possa assemelhar-se com as práticas coronelísticas são indesejáveis.

O contexto histórico de surgimento do município de Jardim e a grande distância que o separava do meio urbano talvez tenham sido alguns dos fatores que favoreceram o desenvolvimento do coronelismo naquela localidade. Segundo Leal(1997), o coronelismo foi um fenômeno que tinha maior incidência nos municípios predominantemente rurais. Era lá que se encontravam as condições de dominação e dependência pessoal favoráveis, devido à estrutura agrária baseada no latifúndio.

A dependência pessoal no meio rural contribuía para a manutenção do coronelismo na medida em que, em função do regime representativo, o sufrágio eleitoral era que garantia o resultado dos pleitos, e o coronel como liderança nos municípios era na prática a máquina que consolidava o sucesso dos governos estadual e federal, tendo em vista a importância do meio rural na composição do eleitorado brasileiro (Apud, Silva Júnior, 2008:36).

Os coronéis de Jardim eram geralmente os senhores e proprietários de engenhos de rapadura, alguns possuíam também casas comerciais. Eles eram representantes e defensores do governador do Estado e detentores do poder político local. A memória dos jardinenses recorda nomes como Coronel Sazinho, Coronel Dudé, Coronel Otoni de Sá Roriz e Coronel Teodomiro Filgueira Sampaio. Todos eles ligados à política tendo alguns inclusive ocupado o cargo de prefeito do Município. Foram eles que no

7

passado fizeram de Jardim uma sociedade aristocrática onde eles, os coronéis e proprietários dos engenhos, juntamente com suas famílias, usufruíam de todos os privilégios sociais, políticos e econômicos em detrimento de outras pessoas: trabalhadores, donas de casa, cambiteiros<sup>3</sup>, homens e mulheres comuns.

Contam os mais velhos que no passado a sociedade jardimense era dividida entre: de um lado os ricos, brancos, de família; e de outro os pobres, os negros, as pessoas sem origem aristocrática. Estes últimos não podiam frequentar os mesmos espaços de lazer que os primeiros. Por isso, em época de festa, havia sempre o “baile dos brancos” e o “baile dos morenos” e os integrantes de cada grupo sabia exatamente “procurar o seu lugar”. Sendo que esta não era uma prática somente das localidades em que o coronelismo existiu, mas de todas as sociedades consideradas tradicionais.

Além da dominação político e econômica exercida pelos coronéis, havia também a disputa de poder entre eles. Um dos conflitos que se tem notícia entre os coronéis de Jardim aconteceu no início do século XX e ficou conhecido como *a Guerra dos Quatro Coronéis*:

Foi no decorrer do ano de 1910 que em Jardim aconteceu uma desavença de quatro coronéis que tinham homens com armas e também cangaceiros que vieram do Pajeú do Sertão de Pernambuco e ficou dois coronéis contra dois e o fenômeno era para acontecer dentro da cidade e um dos coronéis pediu a intervenção do Governo do Estado e o Governador respondeu: quem for podre que se quebre. Então falaram com o vigário que era padre Manoel Duarte de Queiroz e ele conseguiu intermediar a paz. E nesse tempo muita gente se retirou da cidade para os sertões<sup>4</sup> [...].

Os fatos aqui narrados levam-nos a entender que a elite jardimense, representada pelos coronéis e suas famílias, apesar da hegemonia política e dominação econômica que exercia sobre as pessoas desprivilegiadas, não constituíam uma classe coesa. Certamente as disputas políticas, os conflitos de terra e as questões familiares, eram as razões da guerra entre eles. Possivelmente foram esses mesmos fatores que contribuíram para o declínio do coronelismo não só em Jardim, ou na região do Cariri, mas em outras regiões onde o fenômeno caracteristicamente se manifestou.

---

<sup>3</sup> Trabalhadores dos engenhos de rapadura cuja função era tocar burros ornamentos com cangalhas e cambitos carregados de cana para a moagem.

<sup>4</sup> Citação feita por Luiz Ferreira Gorgônio – História de Jardim: Suas Contradições e seu Folclore. Jardim, 2007.

8

O coronelismo e suas facetas ficaram no passado. Mas, um passado tão recente que ainda é possível se observar algumas de suas manifestações. A análise do processo da evolução histórica do coronelismo feita por Victor Nunes Leal constata que ele ainda sobrevive, de alguma forma, no contexto social moderno:

Que importa que o “coronel” tenha passado a doutor? Ou que a fazenda se tenha transformado em fábricas? Ou que seus auxiliares tenham passado a assessores a técnicos? A realidade subjacente não se altera, nas áreas a que ficou confinada. O fenômeno do “coronelismo” persiste, até mesmo como reflexo de uma situação de distribuição de renda, em que a condição econômica do dos proletários mal chega a distinguir-se da miséria( Leal, 1997: 18).

Nesse sentido, e concordando com o autor, o coronelismo hoje se manifesta, entre outras formas, na dominação do capital sobre o trabalho, no abuso de poder e na falta de ética na política. Não obstante, nenhum político hoje gosta de ser comparado a um coronel. No caso específico de Jardim ser chamado de *filhote de coronel*, significa ser acusado de todas as ações escusas que foram por estes praticadas no passado e que hoje se manifestam de outras formas como a compra de voto, a troca de favores, o clientelismo, o autoritarismo e a perseguição política.

### **Memórias dos tempos de engenho**

Dos engenhos de rapadura nasceram os coronéis da região do Cariri. Dos coronéis de Jardim que citamos aqui todos eram, ou tinham parentes proprietários de engenhos. Entretanto, o tempo transcorrido entre a época em que viveram até a atualidade fez com que muitas informações - orais ou escritas - sobre eles se perdessem. Dos coronéis jardinenses que citamos acima apenas um, Teodomiro Filgueira Sampaio, que faleceu em 1978, era contemporâneo ao período que pretendemos analisar aqui ( 1950/70). Ele viveu em uma época em que o coronelismo já estava enfraquecido e suas práticas se manifestavam de formas mais sutis. Mas, como proprietário de engenho e político teve grande influência no município. Um dos episódios que melhor demonstram seu poder foi quando, na década de 1960, indicou dois genros seus: José Franco Neves e Clodoaldo Xavier Sampaio para disputarem, respectivamente, os cargos de prefeito e vice-prefeito do município de Jardim. Utilizando as mesmas práticas clientelistas que marcaram o período do coronelismo elegeu-os. Mas, o que demonstrou mesmo seu poder foi o fato de Franco Neves, o prefeito eleito, não ter correspondido as expectativas do coronel/sogro, ao que este, sem recorrer a nenhum recurso judicial,

9

destituíu o prefeito do cargo e entregou a seu outro genro, o vice-prefeito Xavier Sampaio, que tranquilamente conduziu o município até às eleições seguintes.

Mas o coronel Domiro, como era conhecido, também foi um dos maiores proprietários de terras e de engenho do município de Jardim. Razão pela qual grande parte da população que não possuía terra para trabalhar tinha uma dependência política e econômica do coronel. Os que não eram trabalhadores do engenho eram moradores de suas terras. Terras estas que depois de serem divididas entre os 17 herdeiros do coronel, após sua morte, coube a cada filho(a) um mini-latifúndio. Com a morte do coronel Domiro e a divisão de suas terras encerrou-se aí o fenômeno coronelístico que se manifestava desde o século XIX.

São praticamente inexistentes os registros escritos sobre o “período de ouro” dos engenhos de rapadura de Jardim/CE. A análise do período em estudo neste trabalho só se tornou possível graças a existência de uma “memória coletiva” do povo jardinese e a colaboração de dois senhores idosos, proprietários de engenhos e ex-produtores de rapadura, o senhor Francisco Barreto Novaes e o senhor Elói de Sá Sampaio que com seus depoimentos nos disseram muito sobre a “civilização da rapadura”. Mas, antes de penetrarmos na análise dessas memórias, coletivas e individuais, gostaríamos de fazer um breve resgate histórico das origens dos engenhos da região do Cariri.

Os primeiros engenhos caririenses eram feitos de madeira e movimentados por juntas de burros e bois e por correnteza d'água. O historiador caririense, Antônio Gomes de Araújo, conta que foi o capitão Antônio Ferreira de Melo, membro do Regimento de Cavalaria, que iniciou o ciclo do engenho de ferro, ainda no século XVII. O engenho veio de Pernambuco, via sertão do Pajeú, transportado por juntas de boi, para a sua propriedade, localizada no sítio São José, onde hoje é a divisa de Crato e Juazeiro do Norte. George Gardner, naturalista escocês, na sua passagem pelo Crato, na década de 1830, produziu um relato sobre a produção da rapadura no Cariri e as relações ali desenvolvidas:

Vivi cinco meses no meio desta gente; mas em nenhuma outra parte do Brasil, mesmo durante curta residência, fiz menos amigos ou vivi em menos intimidade com os habitantes. Além do senhor Melo, o único indivíduo cuja casa visitei freqüentemente, era um outro filho do velho

10

vigário, capitão João Gonçalves, dono de um engenho de açúcar(rapadura),a duas léguas da cidade.

(...) Tive muitas ocasiões de ver nesse engenho, como se faz a rapadura. O engenho é de construção muito tosca, compondo-se de uma armação com três moendas verticais de pau, entre as quais a cana passa para se espremer o suco que se recolhe num receptor embaixo, donde escorre para um cocho escavado no tronco de grande árvore. Passa-se a cana três vezes para que extraia toda a garapa. Deste cocho, parte do líquido é levada de tempos em tempos, a pequenos tachos de metal, dos quais havia nove, enfileirados em pequenas aberturas sobre uma fornalha arqueada. Nas diferentes fases do processo, à medida que se faz a evaporação, o suco é despejado de um tacho em outro, até adquirir no último a desejada consistência. Transfere-se então para uma cuba escavada em sólida madeira e que se chama de gamela. Aí fica algum tempo a esfriar, sendo então lançada em formas de madeira do formato e tamanho do tijolo comum, embora algumas se façam com a metade deste tamanho. Tiradas das formas, ficam a endurecer ainda por uns dias e estão prontas para o mercado. As grandes vendem-se em Crato por dois vinténs, em Icó por cinco e em Aracati, por quatro( Gardner, 1975: pp. 94-95)..

O relato de Gardner mostrar muito bem o cotidiano dos engenhos de rapadura da região do Cariri no século XIX. Naquela época o processo rudimentar empregado na produção dos derivados da cana de açúcar estava aliado à simplicidade da vida cotidiana das pessoas. Nem mesmo os proprietários dos engenhos e suas famílias, detentores dos lucros provenientes da produção dos engenhos, levavam uma vida de luxo e conforto. Tal situação não era provocada só pela falta de recursos, mas também pela falta de desenvolvimento das províncias nordestinas que impunham algumas limitações ao modo de viver até mesmo de quem tinha condições financeiras.

Jardim foi um dos municípios do Cariri a desenvolver uma intensa plantação de cana e produção de rapadura. Contam os mais velhos que os primeiros engenhos de rapadura tinham moendas de madeira, assemelhado-se ao descrito por Gardner.

Mais tarde veio a moenda de ferro também movida pelo força de bois. Eram três moendas que giravam no sentido horizontal, diferenciando do modelo anterior apenas pela resistência e durabilidade, mas não tinha nenhum efeito no sentido de aceleração da produção. Posteriormente surgiram os motores movidos à água e fogo que receberam o nome de locomotivas ou motor a vapor. Estes depois foram substituídos por outro movido à óleo diesel. Por último vieram os modelos de motores elétricos.

11

Lamentavelmente, quando, enfim, a tecnologia começou a ser utilizada nos engenhos, o ciclo “áureo” da produção de cana em Jardim já estava chegando ao fim.

As lembranças sobre a produção da rapadura e do tempo “áureo” do funcionamento dos engenhos é hoje um elemento bastante presente na memória dos habitantes mais idosos da cidade de Jardim, principalmente daqueles que viveram e participaram intensamente daquele momento. O senhor Francisco Barreto Novaes é uma dessas pessoas que guardam memoráveis lembranças dos tempos de moagem de rapadura nos engenhos. Lembra ele que a vida inteira trabalhou no engenho de rapadura que herdara de seu pai. Ele não era o único a desenvolver essa atividade, sua memória guarda os nomes de muitos outros proprietários que já não vivem mais. Cita, entre outros, Urias Novaes, o senhor Roriz, Franco Neves, João da Luz, Antônio Neves, José Cassiano Pereira, Pedro Antônio da Silva, José Barreto de Matos, Clodoaldo Xavier Sampaio, coronel Teodomiro Filgueira Sampaio – considerado o maior proprietário de engenho de todos eles, além de Eloi de Sá Sampaio (ainda vivo).

A produção de rapadura, afirma seu Francisco Novaes, fora no passado um setor de grande importância econômica. Essa atividade absorvia grande parcela da mão de obra do município de Jardim. Houve uma época em que se empregava nessa atividade cerca de 4.000 pessoas. Praticamente não havia empregados em outros setores a não ser na produção e moagem da cana. A importância do setor de produção de rapadura foi tão grande que todas as atividades industriais e comerciais desenvolvidas na região do Cariri teria sido, na opinião do depoente, proporcionadas pela riqueza oriunda dos engenhos.

O ciclo da rapadura, para seu Francisco Novaes, teve uma grande importância econômica para a região do Cariri, além de ter deixado memoráveis saudades. Quando o mercado deixou de absorver a produção a população deixou de consumir o produto pelo menos com a mesma intensidade de antes. Houve, então, profundas transformações na organização do espaço local. Na zona rural a agricultura foi desativada provocando o êxodo para a cidade, enquanto a rapadura – um dos itens mais saudáveis da alimentação do homem rural – deixou de fazer parte de seu cardápio. Quanto à lucratividade da atividade rapadureira compara-se hoje à lucratividade do comércio.

12

Mas a importância da produção de rapadura não se deve apenas à sua rentabilidade econômica. Esse período foi responsável também pelo engendramento de categorias sociais distintas e profundamente desiguais. Além dos senhores, os proprietários dos engenhos ou associados, seus colaboradores mais diretos, havia também os “cambiteiros”. Estes não eram escravos, mas suas condições de vida e trabalho nunca foram muito favoráveis. Faziam o trabalho pesado, desde o corte da cana ao carregamento em burros ou jumentos ornamentados com cangalhas e cambitos – peças fundamentais para o carregamento da cana que seria moída nos engenhos.

O cambiteiro, lembra seu Francisco Novaes, era um trabalhador fundamental para o funcionamento do engenho. Tanto na produção e transporte da rapadura como no carregamento da lenha – fonte de energia utilizada no engenho. Todos os produtos – rapadura, mel, alfinin e cachaça – eram transportados pelos burros conduzidos pelos cambiteiros. A cada burro eram atrelados, além da cangalha, quatro cambitos grandes de madeira onde eram colocadas as cargas conduzidas pelos cambiteiros ao seu local de destino, que muitas vezes poderia ser outros Estados do Nordeste como o Rio Grande do Norte, por exemplo.

Nesse movimento, o cambiteiro era indispensável. Nenhum outro trabalhador tinha a sua habilidade e disponibilidade. Razão por que seu Francisco Novaes não consegue explicar a sua desvalorização: “ *o cambiteiro não sei por que se tornou a classe mais debochada do engenho. Ninguém queria ser o cambiteiro, porque o cambiteiro era o cara depravado, chamador de palavrões, desmantelado ele se igualava ao burro que era o meio de transporte. Apesar de reconhecer essa desqualificação do cambiteiro, o próprio depoente afirma ter um respeito muito grande por esse trabalhador, pois sem o mesmo as atividades do engenho não seriam possíveis. Lembra, ainda o depoente, que quando menino, uma música foi composta por um cambiteiro de Jardim, cujo nome não citou:*

*De madrugada o pinto piou no ovo*

*A mulher do cambiteiro*

*Teve um cambiteiro novo*

Os versos acima evidenciam uma realidade pouco promissora para os filhos dos cambiteiros daquela época. Não havia nenhuma esperança de que a vida destes pudesse

13

ser diferente da vida de seus pais. A ascensão social era praticamente inviável. O destino – ou as condições que lhes eram impostas – reservavam-lhes o mesmo futuro de seus pais: ser cambiteiro e trabalhar para os senhores proprietários dos engenhos. É consenso na memória coletiva dos jardinenses o desprestígio que a sociedade atribuía aos cambiteiros. Lembram os mais velhos que se uma pessoa pretendesse desqualificar outra bastava compará-la com um *cambiteiro do coronel Domiro*.

Naquela sociedade dos engenhos, o lazer, tanto para os senhores quanto para os cambiteiros, era bastante precário. Os primeiros tinham o descanso em seus casarões junto de suas famílias, aos últimos, restava apenas o direito de aliviar o cansaço das longas horas diárias de trabalho consumindo a cachaça produzida nos próprios engenhos. Era costume deles tomarem uma “bicada” no final da tarde, ou promoverem uma bebedeira mais prolongada nos finais de semana. Além disso, havia os “forrós”, de finais de semana ou dos dias de festa na cidade: festa de Santo Antônio, o natal, o ano novo, o sábado de aleluia, eram datas muito festejadas. Lembrando que, como já mencionamos, nestas festividades havia uma separação entre ricos e pobres, pretos e brancos. As chamadas festas dançantes aconteciam em locais diferenciados. Isso porque as filhas dos proprietários de engenhos, ou de outros senhores da sociedade, não podiam passar pelo constrangimento de serem “tiradas para dançar” pelos cambiteiros.

Os senhores de engenho, ou grandes proprietários, formavam a chamada aristocracia rural. Entretanto, sua influência encontrava-se também na cidade. Em suas mãos concentravam-se muitos poderes: o poder econômico, o poder político e a influência sobre a Igreja e as leis. Só eles tinham condições de formar seus filhos mandando-os para estudar em outras cidades, com o objetivo de se tornarem seus sucessores. Formavam também seus bandos de jagunços ou capangas para lhes garantir o poder, principalmente em épocas de eleições.

A época dos engenhos deixou saudades. Mas o senhor Francisco Novaes pensa que não é possível sonhar com o retorno do funcionamento dos engenhos. Para ele, além da questão econômica, a crise da produção foi ocasionada também por fatores culturais e tecnológicos irreversíveis:

A classe de produtores de rapadura, à medida em que a sociedade foi evoluindo, os donos de engenhos não acompanharam o progresso. Não procuraram se modernizar agregando outros

14

valores à rapadura e com a evolução foram surgindo outros produtos de alimentação, como variedades de doces com embalagens atraentes e a rapadura ficou ultrapassada. Por isso acho impossível a volta do funcionamento dos engenhos a não ser um engenho moderno com utilização de máquinas na produção.

Enquanto considera impossível, ou pelos menos muito difícil, o retorno dos antigos engenhos, seu Francisco Novaes vai vivendo de suas memórias. Afirma sentir muitas saudades daquela época em que a vida no município de Jardim girava em torno dos engenhos e da produção de rapadura. Sente saudades da atividade da moagem, do cheiro da rapadura, do mel, da garapa e, principalmente das brincadeiras inventadas pelos cambiteiros. Para ele é uma saudade constante, *“o meu engenho vou deixar conservado para que a juventude, para que as outras gerações tenham a idéia de como foi o engenho.*

Essas memoráveis lembranças estão presentes também na memória de outros ex-produtores de rapadura do município de Jardim, como por exemplo, o senhor Eloi de Sá Sampaio, de 92 anos, que hoje se identifica como agropecuarista. Seu Eloi, como é conhecido por todos, mergulha fundo em suas memórias e aponta a existência de pelo menos 42 engenhos no município de Jardim. Sendo que 40 deles tenham sido desativados nas secas que assolaram a região na década de 1940, ficando apenas 22 que sobreviveram até a instalação da Usina de Açúcar de Barbalha, na década de 1970, quando quase todos engenhos tiveram que fechar, ficando apenas 5.

A cana que antes era transformada em rapadura passou a ser vendida diretamente para a Usina e utilizada na produção do açúcar. O proprietário da Usina, um senhor de nome Fernando Maranhão, passou a comprar quase toda produção de cana da região do Cariri. Entretanto, o empresário do açúcar acabou morrendo e deixando a usina sob a administração de outras pessoas, começando, assim, a decadência também da tão rápida atividade açucareira na região do Cariri.

Dos 5 engenhos remanescentes do época de “ouro”, afirma seu Eloi, *apenas um, o meu, ficou teimando contra a sorte. Nesse ano de 2008 ainda moí durante 12 dias, as poucas plantações que me restaram. Ainda fiz 200 cargas de rapadura, mas não tem comércio para a venda desse produto.* A falta de comércio, devido o surgimento de outros produtos, impedem que engenhos como o de seu Eloi, que se encontra em perfeitas condições de funcionar, possam continuar produzindo a rapadura por mais

15

tempo. Mesmo assim, esse produtor de cana e amante da moagem continua produzindo suas rapaduras, mesmo que estas sejam apenas para presentear seus amigos.

Os dois ex-produtores de rapadura, mais ainda proprietários de engenhos, pois os preservam ainda em condição de funcionamento, que contribuíram com suas memoráveis lembranças para a elaboração deste trabalho, os senhores Francisco Barreto Novaes e Eloi de Sá Sampaio, são hoje os únicos proprietários de engenho que ainda vivem e, por isso, suas contribuições foram fundamentais para a nossa pesquisa do período “áureo” e da decadência dos engenhos de rapadura do município de Jardim.

### **Considerações finais**

Refletir sobre a dinâmica dessa atividade econômica – ascensão e queda da produção de rapadura – nos possibilitou a compreensão de que as atividades econômicas são cíclicas. Elas se desenvolvem, chegam ao seu apogeu e entram em decadência provocada por algum (ou alguns) fatores que com o tempo se impõem. Esse fenômeno não é uma especificidade do município do Jardim, nem do ciclo da rapadura. Em diversos momentos da história do Brasil, podemos encontrar ciclos econômicos que tiveram momentos de auge e decadência. Entre eles podemos citar: os ciclos do pau-brasil, da mineração, do café, do algodão e da borracha. Ao término de cada um, o que fica é uma sociedade marcada historicamente e culturalmente pelos acontecimentos de cada época.

Essas sociedades, geralmente formaram suas bases alicerçadas na tradição, no conservadorismo e na dominação. Nelas as transformações sociais acontecem mais lentamente. No caso específico da sociedade jardimense o que podemos identificar como legado do período da produção da rapadura e da predominância do coronelismo é um tradicionalismo conservador que pode ser identificado principalmente na predominância das oligarquias que se revezam no poder durante quase dois séculos.

### **Referências bibliográficas**

FIGUEIREDO FILHO, J. de. *História do Cariri*. Coleção Estudos e Pesquisas. Vol.3. Crato-Ce, 1996.

GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1975.

GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. Ed. Instituto do Ceará. 2ª edição, 1962.

GORGÔNIO. Luiz Ferreira. *História de Jardim – Suas Contradições e Seu Folclore*. (mimeo). Jardim/CE, 2007.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família Tradição e Poder: o (caso) dos coronéis*. São Paulo: ANNABLUME/Edições UFC, 1995.

PEREIRA, Maria Alacoque de Lima. *Jardim – sua História e sua Gente*. Fortaleza, 1987.

SILVA JÚNIOR, Waldemar. *O coronelismo em Salgueiro: uma análise da trajetória política do coronel Veremundo Soares (1920-1945)*. Recife: Bagaço, 2008.

SOUZA, Simone. *História do Ceará*. NUDOC-UFC – Fundação Demócrito Rocha. 4ª edição. Fortaleza-CE, 1995.

